

TÓPICOS SOBRE REVELAÇÃO E FÉ NO CONCÍLIO VATICANO I

Edson Augusto Alberto Cumbe*
Zeca Escelza**

Resumo: O estudo aprofundado do conceito de revelação exige mais que aquele decorrente unicamente da teologia do Antigo e do Novo Testamento. Perante a tendência do racionalismo, que absolutiza a razão iluminada, e do fideísmo que a empobrece, o Concílio Vaticano I toma a posição do meio. O Concílio Vaticano I ressalta a liberdade e gratuidade de Deus ao revelar-se ao homem para além da pura capacidade racional do homem de conhecê-lo através das criaturas, pela via da analogia. Garante-se também a capacidade da inteligência humana de, por ela mesma, chegar à verdade, até mesmo a respeito da existência de Deus. Permanece-se na afirmação formal e abstrata dos dois polos necessários para a possibilidade e existência da revelação. O Concílio quer salvaguardar os fundamentos da possibilidade da revelação de Deus contra uma razão por demais pretenciosa e contra uma visão pessimista da razão humana. No centro da preocupação do Concílio está Deus livre e soberano, que pode revelar a si mesmo quando, a quem e o que quiser. À revelação divina o ser humano responde com a sua adesão de fé.

Palavras-chave: Concílio Vaticano I. Racionalismo. Fideísmo. Revelação. Fé.

TOPICS ON REVELATION AND FAITH AT VATICAN COUNCIL I

Abstract: The in-depth study of the concept of revelation requires more than that arising solely from the theology of the Old and New Testament. Faced with the tendency of rationalism, which absolutizes enlightened reason, and fideism which impoverishes it, the Vatican Council I takes a middle position. The Vatican Council I highlights the freedom and gratuitousness of God by revealing Himself to a man beyond man's pure rational capacity to know Him through creatures, through analogy. The capacity of human intelligence to arrive at the truth, even

* Edson Augusto Alberto Cumbe é graduado em Filosofia pela The Catholic University of Eastern Africa (CUEA). Atualmente é estudante do terceiro semestre de Teologia na Faculdade Palotina-FAPAS, em Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: edsoncumbe371@gmail.com

** Zeca Escelza é graduado em Filosofia pela The Catholic University of Eastern Africa (CUEA). Atualmente é estudante do terceiro semestre de Teologia na Faculdade Palotina-FAPAS, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: zecacanda@gmail.com

regarding the existence of God, is also guaranteed. It is maintained in the formal and abstract affirmation of the two poles necessary for the possibility and existence of revelation. The Council wants to safeguard the foundations of the possibility of God's revelation against an overly pretentious reason and against a pessimistic view of human reason. At the center of the Council's concern there is a free and sovereign God, who can reveal Himself whenever, to whomever and whatever He wants. Human beings respond to divine revelation with their adherence to faith.

Keywords: Vatican Council I. Rationalism. Fideism. Revelation. Faith.

Introdução

A revelação é a primeira categoria do cristianismo e em teologia tudo depende da revelação divina. Deus se dá a conhecer à humanidade de várias formas e a abertura do ser humano para uma revelação divina está fundamentada de acordo com o testemunho da Escritura no fato de o ser humano ser imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26s; 5,1). E é pelo fato de o homem ter sido criado à imagem e semelhança de Deus, que este concede a honra de viver em relação com Ele e de participar em sua Glória. Deus nos fala tanto por sinais, interiores ou exteriores, como por uma palavra inspirada. A revelação se dá no tempo e na história, progressivamente, numa economia que vai dos profetas até Cristo, o Doutor infinitamente sábio (THEOBALD, 2006, p. 233).

Deste modo, propomo-nos neste texto, refletir sobre a revelação divina no Concílio Vaticano I, onde iremos trazer alguns desafios que caracterizaram este período. Dando sequência, falaremos da compreensão de revelação, as vias ou formas de revelação e, por fim, a fé como resposta do ser humano à revelação.

1 Contexto histórico: fideísmo, racionalismo

O Concílio Vaticano I foi celebrado em Roma, por cerca de sete meses, do início de dezembro de 1869 a meados de julho de 1970. Este evento desempenhou papel importante na organização da Igreja Católica contemporânea. Nele foi retomada a noção católica de Revelação elaborada pelo Concílio de Trento, tendo como meta refutar a crise modernista. Esse Concílio elaborou e aprovou duas Constituições dogmáticas: *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*. A sua celebração deu-se num contexto eclesiológico muito tenso e sob debates teológicos muito delicados. Várias correntes filosóficas de então negavam a possibilidade da Revelação divina, bem como a capacidade cognoscitiva do homem (RIBEIRO, 2006, p. 59). Aqui serão abordadas as duas principais: o fideísmo e o racionalismo.

1.1 Fideísmo

Os grandes movimentos provocados na França pela Aufklärung¹ e pelo criticismo kantiano colocaram em primeiro lugar, durante todo o século XIX, o problema do equilíbrio entre razão e fé².

¹ Aufklärung é um termo filosófico alemão que remete a Esclarecimento ou Iluminismo e não há uma tradução exata, pois não significa simplesmente uma palavra. Na linha filosófica é “caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana. Nesse sentido, Kant escreveu: O Iluminismo é a saída dos homens do estado de *minoridade* devido a eles mesmos. *Minoridade* é a incapacidade de utilizar o próprio intelecto sem a orientação de outro. Essa minoridade será devida a eles mesmos se não for causada por deficiência intelectual, mas por falta de decisão e coragem para utilizar o intelecto como guia” (ABBAGNANO, 2007, p. 534).

² “Tradicionalistas e fideístas reduzem excessivamente as capacidades da razão em matéria religiosa, ao passo que os racionalistas e os semirracionais exaltam além da medida o poder da razão. Fideísmo e tradicionalismo devem ser entendidos neste contexto: ou dá-se tudo à razão ou tudo à revelação” (LATOURELLE, 1994, p. 327).

O fideísmo se caracteriza como tendência, de um lado, a tirar a importância do papel da razão no exame das verdades religiosas fundamentais e, de outro, a supervalorizar a livre decisão de fé. O aspecto considerado mais positivo do fideísmo é o de colocar em dúvida as tentativas de demonstrar cientificamente a verdade da revelação cristã; já o seu aspecto mais negativo consiste em entender a fé como um salto às cegas no vazio (O'COLLINS; FARRUGIA, 2002, p. 153).

Em decorrência disto, o magistério da Igreja interveio várias vezes para esclarecer posições ambíguas. Na história da teologia católica o fideísmo designa um movimento de pensamento que se desenvolveu na França, no início do século XIX, contra o racionalismo do século XVIII. Seus principais representantes são Louis Eugène Marie Bautain (1796-1867) e Auguste Joseph Alphonse Gratry (1805-1872). Todos dedicam-se a humilhar a razão que os enciclopedistas haviam exaltado, sublinhando-lhe as fraquezas, as contradições e as incertezas. Os próprios motivos de credibilidade não lhes parecem capazes de fundar uma opção sólida. Na perspectiva fideísta “a fé é possível somente para os que tem em si mesmos um senso do divino, obra da graça. Somente a graça permite reconhecer a verdade da revelação, mediante uma experiência interior, e não através dos sinais exteriores ou dos motivos de credibilidade da revelação” (LATOURELLE, 1994, p. 327).

No vocabulário protestante, o termo fideísmo tem um sentido completamente diferente e designa a salvação exclusivamente através da fé. Assim Lutero rejeita a filosofia como exaltação da razão e da natureza. Entende a fé como uma pura entrega confiante em Deus que salva e justifica. Mediante a fé, o homem joga-se em Deus independentemente da adesão a um corpo doutrinal (LATOURELLE, 1994, p. 328). Por isso, os protestantes recomendam,

além do conhecimento dos dogmas reveladas, que admitem, mas que chamam de fé histórica, um outro tipo de fé: uma confiança total nas promessas divinas em geral e especialmente a convicção absoluta de serem justificados pelos méritos de Cristo. Esta fé-confiança seria a única fé cristã autêntica. Por meio dela, independentemente das obras, o homem será salvo.

A fé não é nem irracional, nem uma fé cega de carvoeiro, antes ela é obediência racional. Segundo Böttigheimer, a revelação enquanto fundamento da fé só é alcançada por um assentimento de fé gracioso e livre. E isso não significa fideísmo, uma vez que “deixar-se interpelar pelo acontecimento da revelação significa interiorizar a verdade que ilumina a si mesma. O assentimento de fé gracioso livre, neste sentido, é racional e responsável, e não é nenhum ato cego ou irresponsável” (2014, p. 267). Deste modo, a fé é de fato um presente da graça divina, mas simultaneamente é um fato de responsabilidade humana, ou seja, é livre e razoável.

1.2 Racionalismo

Em filosofia, o termo racionalismo (do latim *ratio* = razão, compreensão) inclui aquelas opiniões e aquelas teorias com base nas quais a realidade seria compreensível, de maneira exaustiva, através da razão e, conseqüentemente, poder-se-ia agir de maneira racional³. O racionalismo se contrapõe ao empiricismo, ao irracionalismo, ao utilitarismo e ao hedonismo. É também contra toda a religião que se funde sobre a revelação (GROTH, 1994, p. 724).

³ “Racionalismo é o mito de uma razão absolutamente autônoma (‘o céu estrelado acima de mim, a lei moral dentro de mim’), totalizante, capaz de satisfazer a perene aspiração à identidade; que exclui tudo aquilo que não é inteligível, incluindo o mal, o erro e o pecado ou pretende ‘superar’ tudo isso oferecendo, definitivamente a salvação (gnosticismo)” (FISICHELLA, 2003, p. 640).

No âmbito da teologia, designa-se com o termo “racionalismo” a concepção segundo a qual a adesão à fé se fundaria numa compreensão racional e a verdade da fé seria demonstrável com motivações racionais. Diante da reivindicação de autonomia da razão moderna, os padres conciliares afirmam a submissão da razão natural à verdade sobrenatural, assim como a acentuação da natureza criada do ser humano e da sua total dependência de Deus. “Os conteúdos da fé, de acordo com isso devem ser cridos não com base na compreensão interior da verdade, mas com base na autoridade do Deus revelador” (BÖTTIGHEIMER, 2014, p. 257). Desse modo, o Concílio ressalta os aspectos que tornam mais claro que a revelação contradiz diretamente o racionalismo como também o semirracionalismo.

2 A compreensão de revelação

O mundo inteiro fala de Deus. A história humana é a história do relacionamento do homem com o divino. Esse relacionamento dá-se pela iniciativa do próprio Criador que deseja ter uma relação amigável e profunda com as suas criaturas através da revelação.

A revelação é a denominação que se dá ao ato de desvendar, de tornar claro e compreensível alguma coisa, por meio de uma comunicação. A palavra provém do termo latino *revelatio* que, etimologicamente, se refere à ação de “retirar o véu” de algo ou de alguém e, assim, desvendar o que anteriormente estava escondido⁴. A revelação de uma pessoa a outra coincide com o ato de se

⁴ “O termo ‘revelação’ deve sua origem ao grego *apokalýptein*, que significa: tornar manifesto, retirar o véu; o uso que é feito pela Escritura, seja como for, não pode ser reduzido a uma única terminologia. No AT, a revelação é expressa de preferência com a expressão ‘palavra de Iahweh’; segundo a concepção hebraica, de fato, não é possível ver Deus, apenas ouvir a sua voz. O NT utiliza pelo menos 15 termos diferentes para falar da revelação, mas a referência é sempre Jesus

dar a conhecer. Nesse sentido, e aplicada à Revelação divina, entende-se que Deus, revelando-se através da Palavra e dos acontecimentos da história, dá-*Se* a conhecer, manifesta-*Se* (LINHARES, 2014, p. 141). De modo geral, revelação divina é a experiência de aquisição de um conhecimento transmitido ao homem por um deus. Revelação é uma ação do próprio Deus que excede sua manifestação na criação.

A palavra revelação emerge pela primeira vez em um documento da Igreja chamado *Dei Filius*, e este é apresentado como um conceito central da fé cristã sendo introduzido como fundamento do cristianismo.

A santa Igreja católica apostólica romana crê e confessa que há um só Deus verdadeiro e vivo, criador e Senhor do céu e da terra, onipotente, eterno, imenso, incompreensível, infinito em intelecto, vontade e toda perfeição; o qual, sendo uma substância espiritual una e singular, inteiramente simples e imutável, deve ser pregado como real e essencialmente distinto do mundo, beatíssimo em si e por si mesmo, e inefavelmente elevado acima de tudo o que fora dele existe ou se possa conceber (DH, 2007, n. 3001).

Trata-se da revelação natural de Deus, da sua revelação na realidade que é compreendida como criada por Ele e, portanto, é designada como criação. Entretanto, “a ação reveladora é ação soberanamente gratuita do Deus da salvação, que, em sua sabedoria e bondade, se dá a conhecer ao gênero humano: a si mesmo e os decretos de sua vontade” (LATOURELLE, 1972, p. 312). Deste modo, o ato da revelação é do próprio Deus que *Se* dá a conhecer. O homem só pode conhecer a Deus na medida em que Este ativamente se faz conhecido.

de Nazaré e sua atividade; a revelação, portanto, é principalmente a descrição da sua pessoa, atividade e ensinamento” (FISICHELLA, 2003, p. 663).

Decerto, a esta revelação divina deve-se atribuir que, por todos, mesmo nas condições atuais do gênero humano, possa ser conhecido facilmente, com firme certeza e sem mistura de erro, aquilo que nas coisas divinas não é de per si inacessível à razão humana. Contudo, não se deve dizer que a revelação é absolutamente necessária por este motivo, mas porque Deus, em sua infinita bondade, ordenou o homem para o fim sobrenatural, isto é, para participar dos bens divinos, que superam de todo a compreensão humana⁵ (DH, 2007, n. 3005).

Esta ação divina “é concebida como palavra de Deus à humanidade, distinguindo-se de sua manifestação como causa e fim das criaturas; uma palavra de autoridade, qualificada pela ciência e pela veracidade de Deus infinitamente sábio e infinitamente santo” (LATOURELLE, 1972, p. 312). Esta ação é pessoal, de sujeito a sujeito, e não de objeto a objeto; é histórica, progressiva, culminando com a revelação do Filho; é salvífica, universal, desejando associar a humanidade toda aos bens da vida divina.

3 As vias de revelação

O texto do Concílio nomeia, assim, duas formas ou vias da revelação. Estas estão caracterizadas nos manuais neoescolásticos como revelação natural e sobrenatural ou como revelação da criação e da graça. Neste sentido, o Concílio distingue duas vias pelas quais podemos chegar ao conhecimento de Deus: via ascendente do conhecimento natural e via descendente da revelação.

⁵ Esta ideia é fundamentada nas palavras do Apóstolo Paulo: “o olho não viu, nem o ouvido ouviu, nem acedeu ao coração humano o que Deus preparou para aqueles que o amam” (1Cor 2,9).

3.1 Revelação natural

A primeira via é a revelação natural de Deus. Esta é correspondente à natureza, à criação: tem por princípio a razão natural, é dada com as coisas criadas por Deus e tem por objeto verdades acessíveis à razão⁶. “A mesma Santa Mãe Igreja sustenta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão humana, a partir das coisas criadas” (DH, 2007, n. 3004).

A partir das coisas criadas, ou seja, da ordem e da beleza do mundo, o ser humano pode ter acesso a Deus como origem e fim do universo. São Paulo, na Carta aos Romanos, afirma a respeito dos pagãos: “porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou. Sua realidade invisível – seu eterno poder e sua divindade – tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas, de sorte que não têm desculpa” (Rm 1,19-20).

A realidade invisível de Deus pode ser captada usando a luz natural da razão. O conhecimento natural de Deus não deve ser interpretado como a tentativa de obrigar Deus a estar disponível para a razão; antes, o Deus reconhecido por esta via permanece um mistério para a razão.

⁶ Segundo Rino Fisichella esta revelação, “que é expressa por meio da natureza, pode ser denominada revelação cósmica ou natural. Indica-se o ato criador de Deus que permite tanto um conhecimento de si como de um Deus que ama. Por meio desta revelação, pode-se chegar a conhecer Deus (Rm 1,20); o criador torna-se, portanto, o cenário em que o homem bíblico vê pela primeira vez a saída de Deus do silêncio do seu mistério” (2003, p. 663).

3.2 Revelação sobrenatural

A segunda via é a revelação sobrenatural, a qual tem por princípio a fé divina: “ela leva para além da revelação mediada cosmologicamente e se constitui no fato de que Deus se dá a conhecer ‘a si mesmo e os decretos eternos da sua vontade’ de uma forma que não pode ser desvelada a partir da criação e do ser humano” (BÖTTIGHEIMER, 2014, p. 260). Os padres conciliares sustentam que aprouve à sua misericórdia e bondade revelar-se à humanidade a si mesmo, bem como os eternos decretos da sua vontade, por outra via, e esta sobrenatural (DH, 2007, n. 3004). O autor da Carta ao Hebreus adverte que “havendo Deus outrora em muitas ocasiões e de muitos modos falado aos pais pelos profetas, ultimamente, nestes dias, falou-nos pelo Filho” (Hb 1,1s).

O Concílio Vaticano I afirma: “Esta revelação sobrenatural, pois, segundo a doutrina da Igreja universal, definida pelo Concílio de Trento, está contida ‘nos livros e nas tradições não escritas que, recebidas pelos Apóstolos da boca do próprio Cristo ou transmitidas como que de mão em mão pelos próprios Apóstolos sob o ditado do Espírito Santo, chegaram até nós” (DH, 2007, n. 3006)⁷.

Para melhor compreensão deste fato, explicitaremos em quatro dados importantes. Primeiro, o fato de a revelação ser sobrenatural e positiva, tal como foi dada no Antigo e no Novo Testamento. Segundo, desta revelação Deus é o

⁷ “E estes livros do Antigo e do Novo Testamento, inteiros e com todas as suas partes, conforme vêm enumerados no decreto do mesmo Concílio e se encontram na antiga edição latina Vulgata, devem ser aceitos como sagrados e canônicos. E a Igreja os tem como tais, não por terem sido redigidos por mera obra humana e depois aprovados por sua autoridade, nem somente por conterem a revelação isenta de erro, mas porque, escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm Deus por autor e como tais foram confiados à mesma Igreja” (DH, 2007, n. 3006).

autor e a causa. Ela é obra gratuita de sua vontade, fruto de seu bel-prazer: *placuisse*⁸.

O terceiro elemento é a iniciativa divina. A revelação não foi, contudo, feita sem motivo; ela convinha à sabedoria e à bondade de Deus. Já a iniciativa pela qual Deus sai de seu mistério, dirige-se ao homem, interpela-o, entra em comunicação pessoal de pensamento com ele, é um sinal de benevolência infinita. Essa comunicação não somente torna mais fácil a marcha natural do homem em direção a Deus, mas ainda o associa aos segredos de sua vida divina, possibilitando participar de seus bens (LATOURELLE, 1972, p. 303).

Por último, o objeto material da revelação é o próprio Deus e os decretos eternos de sua livre vontade. Esse objeto compreende tanto verdades acessíveis à razão, como também mistérios que a ultrapassam. Por Deus é necessário, pois, entender sua excelência, seus atributos, como também a vida íntima das três pessoas (Trindade). E por decretos, tanto aqueles que dizem respeito à criação e ao governo natural do mundo, como os que dizem respeito à nossa elevação à ordem sobrenatural: a encarnação, a redenção, a vocação dos eleitos. Portanto, podemos afirmar que todo o gênero humano é beneficiário da revelação, consciente ou não; ela é tão universal como a própria salvação (LATOURELLE, 1972, p. 304).

Conforme vimos, foi sublinhado que a defesa do caráter sobrenatural da revelação cristã contra o racionalismo ou o naturalismo constitui o objeto principal da constituição *Dei Filius*, sem desqualificar a revelação natural. Deste modo, a manifestação de Deus na criação representa um meio necessário para se chegar ao conhecimento de Deus, princípio e fim de todas as coisas. Por sua

⁸ “Pode-se dizer da revelação, como de toda a ordem sobrenatural, que ela é essencialmente graça, puro fervor, dom do amor” (LATOURELLE, 1972, p. 303).

vez, a revelação sobrenatural é absolutamente necessária para que o homem possa alcançar seu fim sobrenatural (THEOBALD, 2006, p. 233).

4 A fé como a resposta do ser humano à revelação

A fé da pessoa humana representa a resposta à revelação de Deus e, nessa medida, pertence ao conhecimento da revelação. Ao ser humano enquanto criatura de Deus pertence uma fé que em sentido compreensivo é definida como obediência do entendimento e da vontade em relação ao Deus que se revela, isto é, é definida como ouvir e obedecer (BÖTTIGHEIMER, 2014, p. 264).

Por causa do caráter sobrenatural das verdades da revelação é o próprio Deus que cria o pressuposto na pessoa humana. Em vista disso, à revelação da parte de Deus corresponde a fé da parte do homem. Nessa mesma perspectiva, o Concílio lembra inicialmente o fundamento da nossa obrigação de crer em Deus que se revela (LATOURELLE, 1972, p. 306). O fundamento geral é que o “homem depende inteiramente de Deus como de seu Criador e Senhor; o fundamento especial, é que a razão humana, sendo criada, encontra-se completamente submetida à Verdade incriada” (LATOURELLE, 1972, p. 306). A criação é a razão pela qual o homem deve a Deus a homenagem de sua inteligência e de sua vontade; a razão criada deve inclinar-se diante da Verdade incriada.

O fato da revelação como também a compreensão da revelação se deve somente à graça divina. A afirmação dirige-se contra os racionalistas que entendem por fé religiosa somente a ciência filosófica que se refere a Deus e à religião. Contra os semirracionais também, como Hermes, que julgava que

qualquer persuasão firme sobre Deus e sobre as coisas divinas já é a fé propriamente dita, mesmo se o assentimento provém apenas da evidência do nexu interno das ideias.

Neste sentido, dever-se-ia chamar fé o conhecimento de Deus obtido pela consideração do universo. A fé, diz o Concílio, adere às coisas reveladas, “não por causa da sua verdade intrínseca, percebida à luz natural da razão, mas por causa da autoridade do próprio Deus que não se pode enganar nem enganar” (DH, 2007, n. 3008). Tal é o motivo formal da fé. A autoridade de Deus *in dicendo* procede de sua infinita sabedoria e veracidade, excluindo todo erro e toda mentira. O Deus onisciente não pode enganar-se nem ser enganado; o Deus veracíssimo não pode enganar-nos. Ele tem a autoridade de testemunha infinitamente qualificada, cuja palavra merece assentimento total e definitivo (LATOURELLE, 1972, p. 308).

No esforço por um conhecimento natural da revelação divina digno de fé, se objetivava manter o equilíbrio entre o assentimento à fé devido à graça divina e a responsabilidade de fé devida à compreensão intelectual. Para não cair em nenhum dos extremos – fideísmo e racionalismo – a solução foi buscada num sistema dualista constituído por uma ordem natural e uma sobrenatural, por fé sobrenatural e infraestrutura natural. Há duas ordens de conhecimento distintas, pelo que a razão nunca pode conhecer completamente as verdades de fé sobrenaturais, mas também não pode haver qualquer contradição entre fé e a razão (BÖTTIGHEIMER, 2014, p. 265).

Portanto, a fé, que é virtude sobrenatural quanto ato da pessoa humana, não é definida somente no sentido de ouvir e obedecer, ela é precisada ainda mais no sentido de um crer àquilo que foi revelado por Deus como verdadeiro. Este conceito de fé foi caracterizado como tomar por verdadeiro e como tal se

tornou por longo tempo normativo. Como pano de fundo desta compreensão está a autoridade de Deus como origem de todas as coisas e como a fonte possibilitadora da fé do ser humano (BÖTTIGHEIMER, 2014, p. 265).

Como é comumente sabido, o fundamento que oferece à fé cristã a sua certeza incondicional é o evento histórico da revelação de Deus em Jesus Cristo. Este fundamento da fé só pode ser reconhecido e afirmado na efetivação graciosa da fé. Pois fora da revelação não há nenhum fundamento suficiente para aderir à revelação. Fundamento do assentimento de fé é somente o fato da revelação. Na adesão de fé a revelação de Deus é aceita em liberdade e afirmada com certeza, mas ao mesmo tempo ela é essencialmente um dom do Espírito Santo (BÖTTIGHEIMER, 2014, p. 266-267).

Este assentimento é razoável e responsável, e não é nenhum ato cego ou irresponsável. Por conseguinte, para reconhecer a verdade da revelação e poder assentir a ela, a razão sozinha não basta, é necessário a luz da fé. Em outras palavras, a fé está em conformidade com a razão.

Considerações finais

Tendo em conta o contexto histórico em que pela primeira vez a palavra revelação emergiu nos documentos pontifícios, o Concílio Vaticano I, na Constituição Dogmática *Dei Filius*, aborda a revelação divina em contraposição às correntes filosóficas da época que a colocavam em questão.

Para o Concílio, o conteúdo da revelação inclui tanto verdades naturais que podemos descobrir somente pela razão humana, como verdades que vão além da razão humana e só podem ser conhecidas gratuitamente pela livre bondade de Deus que as revela. A revelação é, antes de mais nada, a

automanifestação de Deus, do mistério da sua própria vida pessoal – que culmina com a vinda do seu Filho – e o seu convite à humanidade para participar nela.

Deste modo, à revelação responde o homem por sua livre adesão pela fé. Sendo assim, podemos afirmar que a fé, dom de Deus, que é a resposta à sua palavra, não é o assentimento do filósofo ou do sábio ante à evidência da verdade, mas a resposta a um testemunho. A fé, por certo, é homenagem a Deus, à sua Pessoa. Mas dado que Deus se manifesta como Deus que fala e age, então a homenagem que lhe convém é a fé no que ele disse e fez.

Referências

ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BÖTTIGHEMER, Christoph. **Manual de Teologia Fundamental**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DENZINGER, Henrici. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2007.

FISICHELLA, Rino. Revelação. In: PACOMIO, Luciano (Dir.). Lexicon: **Dicionário Teológico Enciclopédico**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 663-664.

_____. Racionalismo. In: PACOMIO, Luciano (Dir.). Lexicon: **Dicionário Teológico Enciclopédico**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 640.

GROTH, Bernd. Racionalismo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dir.). **Dicionário de Teologia Fundamental**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 724-725.

LATOURELLE, René. Fideísmo e Tradicionalismo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dir.). **Dicionário de Teologia Fundamental**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 327-328.

LATOURELLE, René. **Teologia da Revelação**. São Paulo: Paulinas, 1972.

LINHARES, Jussara Figueira. Revelação: a presença divina entre homens de boa vontade. **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo, v. 22, n. 84, p. 133-157, jul./dez. 2014.

O'COLLINS, Gerald; FARRUGIA, Edward. **Diccionario abreviado de teología**. Estella: Verbo Divino, 2002.

RIBEIRO, Ari Luís do Vale. A Revelação nos Concílios de Trento e Vaticano II. **Teocomunicação**. Porto Alegre, v. 36, n. 151, p. 56-74, mar. 2006.

THEOBALD, Christoph. A constituição dogmática *Dei Filius* do Concílio Vaticano I. In: SESBOÜÉ, Bernard (Org). **História dos Dogmas**: a palavra da revelação. São Paulo: Loyola, 2006. v. 4. p. 217-258.